



CB.PODER

Lei de Cotas: “Não há projeto perfeito”

Dandara Tonantzin, relatora da proposta de revisão das regras de acesso de negros, indígenas, PCDs e quilombolas à universidade, comemora a aprovação do texto, que aguarda sanção do presidente Lula

» ISABEL DOURADO*

A reforma do sistema de cotas, em lei aprovada, na terça-feira, no Congresso, é uma vitória da luta por igualdade de condições de acesso à universidade. Essa é a opinião da relatora do projeto de lei na Câmara, deputada Dandara Tonantzin (PT-MG), que conversou, ontem, do programa CB.Poder — parceria entre o **Correio** e a TV Brasília. Na entrevista aos jornalistas Roberto Fonseca e Denise Rothenburg, a deputada comemorou a aprovação, que traz mudanças em relação ao texto em vigor há uma década, como a inclusão dos quilombolas entre os beneficiários da regime de acesso. Veja os principais trechos da entrevista:

O que representa a aprovação da nova Lei de Cotas?

É um vitória importante para o movimento negro brasileiro, o movimento estudantil, a luta dos professores, as lutas educacionais. As cotas mudaram a cara da universidade pública brasileira, democratizaram o acesso ao ensino superior e criaram, sem dúvida, muitas oportunidades, levaram para o campo das pesquisas outros temas, outros assuntos, contribuíram para enriquecer a produção de conhecimento. Havia uma dúvida muito grande se cairia a qualidade da universidade, mas já foi comprovado que, na entrada (do cotista), pode até ter alguma diferença, mas, no decorrer do curso, os estudantes conseguem ir aprendendo, evoluindo, desenvolvendo. Na metade do curso todo mundo está com nota igual. Inclusive, os cotistas são os que menos evadem, apesar das circunstâncias desfavoráveis.

O que a senhora destaca como mudanças significativas?

Essa alteração traz mudanças importantes, construídas com a universidade e com o movimento estudantil. Temos a renda per

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



capita para cota de renda de 1 salário mínimo por pessoa. Considerando uma família de quatro pessoas, estamos falando de uma renda familiar mensal média de R\$ 6 mil, porque nós queremos chegar nas pessoas de maior vulnerabilidade. Também colocamos a prioridade dos cotistas serem bolsistas de assistência estudantil, já que um problema que a gente não conseguiu corrigir nesses últimos dez anos foi a evasão. Infelizmente, as condições são muito adversas. E colocamos a obrigatoriedade da cota quilombola, assim como temos a cota indígena. É muito importante para a nossa agenda de justiça social e de reparação.

Muda também o sistema de acesso?

Será considerada a nota da ampla concorrência e, depois,

a nota da cota. Ou seja, o candidato não vai mais entrar na janelinha da cota como entrava antes. Primeiro, vai na ampla concorrência, e se não atingir a nota de corte geral, vai para a nota de corte das cotas. Queremos fazer com que a cota não seja o teto.

Dez anos atrás, indígenas, negros e PCDs respondiam por 6% das matrículas, hoje chega a 40% em algumas universidades. Mas há o desafio de ingresso na pós-graduação. O que pode ser feito para ampliar o acesso?

Esse é um outro ponto de vitória. Ampliamos as ações afirmativas para a pós-graduação, mestrado e doutorado porque é muito importante democratizar o acesso dessas outras esferas e proporcionar

oportunidades. Eu tenho muito orgulho de ter sido cotista na graduação, fiz pedagogia na UFU (Universidade Federal de Uberlândia), fui cotista na pós-graduação porque na UFMG, antes da lei, já havia ações afirmativas.

A revisão da lei inclui, agora, os quilombolas. A negociação foi difícil para aprovar a mudança?

Não tem projeto perfeito porque o sistema não é. Nós precisamos realmente negociar, dialogar. Mas superou nossas expectativas. Entramos na negociação no colégio de líderes de bancada com dez pontos, achando que sairíamos com cinco ou seis. Saímos com nove itens acordados. O que caiu diz respeito a (proposta de adoção de) bancas de



As cotas mudaram a cara da universidade pública brasileira, democratizaram o acesso ao ensino superior e criaram, sem dúvida, muitas oportunidades, levaram para o campo das pesquisas outros temas, outros assuntos, contribuíram para enriquecer a produção de conhecimento"

Dandara Tonantzin (PT-MG), deputada federal

heteroidentificação, que são as bancas de aferição racial que, ao longo desses últimos anos, foram desenvolvidas nas universidades para combater fraudes. Gostaríamos que a lei também tratasse das bancas, em articulação com o Conselho Nacional de Educação para se construir diretrizes nacionais para as bancas de aferição, para implementar uma metodologia desenhada, orientada, já que, hoje, está muito a cargo da autonomia universitária. Mas, infelizmente, na negociação setores conservadores não aceitaram. Mas já está garantido pelo MEC e pelo CNE que isso não interfere em nada o que já acontece nas universidades.

* Estagiária sob a supervisão de Vinícius Doria

CULTURA

R\$ 15 bi para Política Nacional Aldir Blanc

» VICTOR CORREIA

O governo federal lançou ontem a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que destinará R\$ 15 bilhões ao setor cultural nos próximos cinco anos. A iniciativa é do Ministério da Cultura, que a classifica como a maior política cultural da história brasileira, com origem na Lei Aldir Blanc, implementada de forma emergencial durante a pandemia da covid-19. A cerimônia ocorreu na noite de ontem no Museu Nacional, com a presença de autoridades e artistas.

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, celebrou o lançamento da política. O setor artístico foi um dos mais afetados pela pandemia, e sofreu com a falta de investimentos públicos nos governos passados. “É um momento muito importante e aguardado. É uma política estruturante do nosso setor cultural, que vai irrigar durante cinco anos R\$ 3 bilhões por ano para todas as cidades do Brasil”, declarou a

ministra ao chegar para a cerimônia. Para ela, a iniciativa beneficia não somente a classe artística, mas toda a população. “Hoje é um grande dia, de muita festa. A gente quer comemorar”, acrescentou.

Os repasses da Lei Aldir Blanc foram regulamentados em decreto publicado na quinta-feira passada, e serão divididos em aportes anuais de R\$ 3 bilhões até 2027, destinados aos estados e municípios — metade para cada. Caberá aos entes federados executarem a política nacional, seguindo os critérios estabelecidos pelo governo federal. Por exemplo, 20% dos recursos devem ser destinados a projetos em áreas periféricas urbanas e rurais, além de comunidades tradicionais. Os repasses terão início a partir do ano que vem, com o lançamento de editais, prêmios e chamamentos públicos. Já os planos de ação poderão ser apresentados ao governo federal a partir da terça-feira da

VICTOR CORREIA/C.B./D.A.Press



Margareth Menezes (centro) e artistas comemoram nova política do setor

semana que vem.

A lei determina ainda que os estados e municípios deverão promover debates com os setores artísticos locais por meio de reuniões e audiências públicas, para definir a melhor forma de aplicar os recursos. “Agora, vai funcionar durante cinco anos com a Política Nacional Aldir Blanc. Cada cidade, cada estado vai conversar com sua comunidade artística, que vai demandar seus maiores problemas”, disse à imprensa o presidente da Associação dos Produtores

de Teatro, Eduardo Barata.

A Lei Aldir Blanc foi criada de forma emergencial durante a pandemia da covid-19 para diminuir o impacto no setor cultural. A deputada federal JanDIRA Feghali (PCdoB-RJ), autora do texto, celebrou sua transformação em uma política permanente. Para ela, a medida teve o efeito não somente de apoiar financeiramente os artistas, mas também reorganizar o setor. A parlamentar destacou ainda que o novo desenho não prevê que a Aldir Blanc seja encerrada após

o período de cinco anos, mas sim renovada. “Ela pode perdurar toda uma vida e ter as atualizações necessárias a cada cinco anos”, pontuou.

A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, por sua vez, avalia que todos os governadores vão celebrar o repasse de recursos à Cultura. “A gente sabe o quanto isso gera de receita, de renda”, disse à jornalistas. Celina também aproveitou para reforçar ao governo federal o pedido de ajuda para as obras de renovação do Teatro Nacional, em Brasília. Segundo ela, faltam mais de R\$ 200 milhões para finalizar as obras de infraestrutura. Questionada se a Aldir Blanc poderá ser utilizada para financiar a obra do Teatro, Celina respondeu que isso está sendo estudado. A ministra Margareth Menezes, por sua vez, sinalizou que já está atuando para apoiar a reforma e que isso foi um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Aldir Blanc foi compositor, letrista e escritor, morto pela covid-19 em 2020, aos 73 anos. Ele foi homenageado durante a cerimônia de ontem com um vídeo contendo depoimentos de seus amigos. A viúva do artista, Mary Sá Freire, também discursou.

8 DE JANEIRO

Moraes manda PF investigar Léo Índio

» RENATO SOUZA

Um sobrinho do ex-presidente Jair Bolsonaro está incluído na 19ª fase da Operação Lesa Pátria, deflagrada ontem (25), pela Polícia Federal. De acordo com fontes na corporação, Leonardo Rodrigues de Jesus, conhecido como Léo Índio, foi alvo de um mandado de busca e apreensão expedido pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

As equipes policiais saíram às ruas em três estados e no Distrito Federal para cumprir cinco mandados de prisão preventiva e 13 de busca e apreensão contra 12 suspeitos de incitar, participar e fomentar os atos golpistas de 8 de janeiro. Os agentes da PF fizeram diligências em Cuiabá e Cáceres (MT), Santos (SP), São Gonçalo (RJ) e Brasília. Os investigadores disseram que uma das suspeitas em relação aos envolvidos é a prática de terrorismo.

“Os fatos investigados constituem, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido e crimes da lei de terrorismo”, disse a PF em nota.

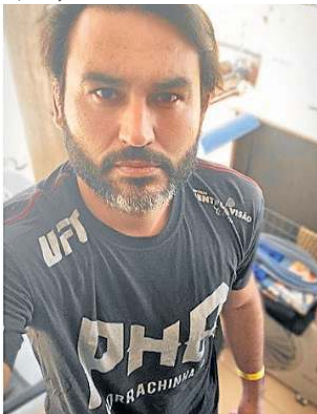
Leonardo Rodrigues de Jesus era funcionário do PL no Senado até julho deste ano. No entanto, foi desligado após faltar por diversas vezes ao trabalho. A defesa alega que ele já foi alvo de buscas no início deste ano, mas que nada foi encontrado. Os advogados dele dizem que o cliente não cometeu nenhuma ilegalidade e não depredou prédios públicos.

Léo Índio aparece em imagens gravadas em 8 de janeiro, quando extremistas invadiram as sedes do Supremo, do Palácio do Planalto e do Congresso, deixando um rastro de destruição. Ele é próximo de Carlos Bolsonaro, o filho 02 do ex-presidente, e tentou se eleger deputado distrital em outubro do ano passado, mas obteve somente 1.801 votos. O ex-assessor do PL é sobrinho de Rogéria Nantes Braga, mãe dos filhos mais velhos de Jair Bolsonaro.

Relatório da CPMI

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes decidiu incluir o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos Antidemocráticos em seis inquéritos que tramitam na Corte, que têm como um dos alvos o ex-presidente Jair Bolsonaro. Todas as provas do relatório da CPMI serão incluídas nos inquéritos das fakes news; das milícias digitais; dos financiadores dos atos de 8 de janeiro; e dos envolvidos na depredação das sedes dos Poderes. (Colaborou Pablo Giovanni)

Reprodução/Redes sociais



Léo Índio é investigado por participação no 8 de janeiro